ID: 100933700



Meio: Imprensa

Period.: Diária

País: Portugal

Âmbito: Informação Geral Corte

Pág: 22

Área: 25,70 x 31,00 cm²

Corte: 1 de 3



Economia Sentimento económico antes do OE 2023

Empresas já vêem a recessão como certa

Confiança dos empresários continua a degradar-se, com excepção dos serviços. Famílias reduzem compras importantes

Victor Ferreira

"A questão não é se vamos ter uma recessão. A questão é quando é que ela chega." A frase é de António Saraiva, presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), a maior e mais representativa da indústria transformadora, um dos sectores em que o clima de confiança caiu em Agosto para os níveis de há 18 meses, quando a pandemia impunha restrições severas e confinamentos gerais.

"Era de esperar esta quebra de confiança", frisa Saraiva, comentando os dados da conjuntura divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). "Estamos a somar uma nova crise à crise da covid. Com o aumento exponencial dos custos de energia, não há tesouraria que aguente. A crise da pandemia ainda não nos deixou e é compreensível que muitas empresas não vejam nesta altura condições para resistirem muito mais tempo nestas condições."

Indústria, Comércio e Construção são nesta altura três sectores irmanados num clima de progressiva falta de confiança. Juntos, valem 31,2% do valor acrescentado bruto (VAB) da economia portuguesa, isto é, representam quase um terço do valor (riqueza) gerado nas empresas nacionais depois de pagas as matérias-primas e outros consumos na produção. Os dados do INE ajustados de sazonalidade mostram que também são sectores pressionados por problemas diversos que contribuem, no seu conjunto, para um cenário algo "contraditório", nas palavras do presidente da confederação do comércio, mas que invariavelmente se pauta por um pessimismo crescente.

Na indústria transformadora, vive-se a preocupação com uma quebra na produção de bens de consumo e bens intermédios. O primeiro caso pode explicar-se com consumidores mais prudentes, dispostos a cortar até nas compras consideradas importantes, tal como é confirmado pelos dados do INE. Nos bens intermédios, pode estar em causa a quebra nas encomendas, mas sobretudo a escassez de matéria-prima, os custos crescentes dessa mesma matéria-

-prima, como por exemplo, a energia. A juntar a tudo isto, a falta de mão-de-obra pode ser uma explicacão transversal.

É em sectores industriais como o têxtil, a cerâmica e o vidro onde estão consumidores intensivos de gás natural, que viram o preço médio do quilowatt/hora multiplicar-se por dez ou mais, nos últimos meses. "E não se detectam sinais de que esse custo possa baixar", lamenta o líder da CIP.

Urge, por isso, olhar para a frente, sublinha este representante empresarial. E isso implica mobilizar soluções "concertadas" na União Europeia, designadamente para os custos da energia, e medidas nacionais. A expectativa é que estas cheguem finalmente às famílias e empresas, quer por via do pacote que vai na próxima segunda-feira ao Conselho de Ministros extraordinário, quer por via do Orçamento do Estado (OE) de 2003

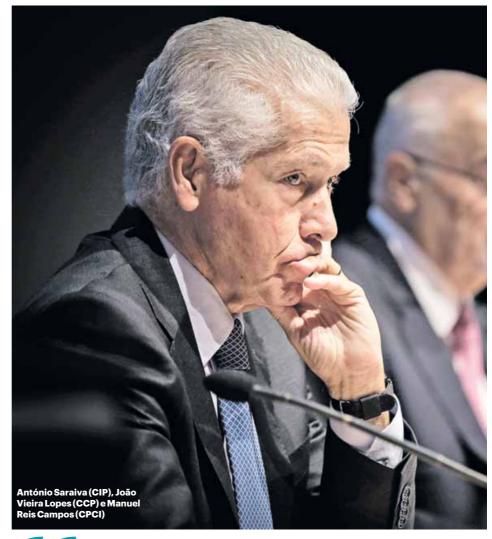
"Não há uma bala de prata", destaca Saraiva. Mas é preciso "negociar soluções, independentemente de maiorias absolutas". Isso significa "casar matérias de um acordo" de rendimentos e competitividade com matérias do OE.

"Independentemente da maioria absoluta, é preciso ter posições negociadas", alega o presidente da CIP, avisando que não se pode esperar por aumentos ao nível da inflação no próximo ano sem mudar o quadro actual das empresas. "Não se pode esperar que as empresas sejam as vacas leiteiras" rocumbos.

Um desafio chamado OE

João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços (CCP), faz coro com o seu homólogo da indústria no que toca ao próximo OE. Defende que, em matéria de défice público, este é o momento em que o Governo deve "cumprir os mínimos necessários e não ter posições maximalistas". Ou seja, é altura de "ajudar famílias e ajudar empresas", até porque, anota, as receitas fiscais estão a engordar com a ajuda da inflação.

"O Governo tem um grande desafio que é o OE. Tem uma receita extra devido à inflação e, se não investir





[O Governo] Tem uma receita extra devido à inflação e, se não investir esse superavit na economia, corre o risco de contribuir para uma recessão

João Vieira Lopes Presidente da CCP

A questão não é se vamos ter uma recessão. A questão é quando é que ela chega

António Saraiva Presidente da CIP esse superavit na economia, corre o risco de contribuir para uma recessão ou, pelo menos, para crescimento irrisório da economia", avalia o líder da CCP.

Sobre os dados do INE, que no comércio mostram uma degradação mais acentuada da confiança no comércio por grosso, mas uma subida desse indicador no comércio a retalho, o mesmo responsável defende que seria de esperar estes "dados contraditórios", porque a economia atravessa uma "fase de transição".

"As pessoas andaram a consumir as poupanças da pandemia na Primavera e no Verão e por isso não podemos dizer que houvesse uma expectativa optimista. É evidente que da parte dos operadores económicos há agora uma consciência maior do risco de inflação e da perda de poder de compra por causa da dificuldade em acompanhar os salários ao ritmo dessa inflação", avalia.

Ontem, o economista-chefe do Banco Central Europeu, Philip Lane, admitiu que a zona euro pode viver uma "recessão moderada, temporária e técnica". Em declarações ao canal espanhol TVE, Lane disse que talvez "tenhamos algumas semanas de recessão". "Todas as análises apontam que a economia europeia vai desacelerar. Quiçá tenhamos algumas semanas de recessão. Isso não se deve dramatizar em demasia", afirmou.

Para António Saraiva, falar em "recessão moderada, independentemente de quem seja o arauto" é uma "tentativa de amenizar o discurso" por parte de uma entidade que, no passado recente, também não via a inflação como problema e excluía a necessidade de aumentar as taxas de juro – ao contrário do que entretanto comecou a fazer.

Querer trabalhar sem poder

Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas, diz ser compreensível o pessimismo dos empresários face ao quadro geral no país e na Europa.

"Haverá provavelmente uma diminuição da facturação e isso vai provavelmente contribuir para uma **CISION**

ID: 100933700



Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 23

Cores: Cor **Área:** 11,06 x 30,55 cm²

Corte: 2 de 3





recessão transversal na Europa. Era um desfecho inevitável, mas não é o cenário grave que vivemos em 2008 ou 2012 "

A mesma responsável diz que dois factores preocupam mais nesta altura as empresas: a falta de mão-de-obra e a falta de materiais.

"Havia muita ansiedade e expectativa em relação a este ano, depois de uma pandemia. Os aumentos desmesurados dos custos da energia estão a condicionar a retoma que todos esperavam, mas sentimos que não tem sido essa a maior preocupação dos empresários. Na pandemia, eles queriam trabalhar e não podiam. Agora, querem trabalhar e também não podem, mas por razões diferentes: não têm mão-de-obra suficiente e não têm materiais. Isto obrigará muitos a repensar como trabalham. Se calhar, alguns terão de trabalhar menos, o que até pode levar a margens maiores. Mas ter de se reinventar outra vez depois de uma pandemia é algo que assusta e gera preocupação e indefinição."

Para Manuel Reis Campos, presi-

dente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário e da AICCOPN, os dados do clima económico nestes sectores denotam sobretudo a preocupação dos empresários com a "falta de planeamento" das obras que beneficiam de apoios comunitários.

Reis Campos afirma que o sector estima um crescimento em torno dos 5% este ano, mas insiste na mensagem de que é preciso chegar ao final de 2022 com as obras do PT 2020, do PRR e do PNI 2030 todas programadas e calendarizadas.

"Temos de arrancar com as obras no início de 2023. Caso contrário, o país arrisca-se a perder fundos comunitários", avisa. Outra hipótese, igualmente "desfavorável", é querer apressar depois os concursos de obras sem ser por lotes. Uma opção que, frisa o mesmo responsável, colocaria as empresas portuguesas em posição desfavorável face a concorrentes internacionais de maior dimensão e com maior capacidade para entrarem na corrida por grandes projectos "chave na mão".